

2022

**Declaração do Contador
Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas**

**Fundação Oswaldo Cruz
Vice-Pres. de Gestão e Des. Institucional
Coordenação Geral de Administração
Setorial Contábil da Fiocruz**



Informações Gerais

A Setorial Contábil da Fiocruz compõe a estrutura da Coordenação Geral de Administração – COGEAD, conforme Portaria da Presidência/PR no 919/2011, alterada pela Portaria Presidência 5580/2020 e Portaria COGEAD 144/2020 e é a unidade gestora responsável pelo acompanhamento contábil, pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, dos atos e fatos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial. Realiza o processo de registro de Conformidade Contábil de unidade gestora e órgão, tendo como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o plano de contas da União, a conformidade de registro de gestão e as funcionalidades que estão disponíveis no SIAFI onde estão relacionadas às equações e desequilíbrios contábeis, além das próprias Demonstrações Contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), sujeitando-se à supervisão técnica da Setorial Contábil de Órgão Superior do Ministério da Saúde e orientação normativada Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal na forma do artigo 6º, parágrafo 3º, do Decreto no 6.976/2009.

O organograma da Fundação Oswaldo Cruz está disponível no link: portal.fiocruz.br/organograma

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - Parte V e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades. Estes demonstrativos são baseados nas melhores práticas internacionais que visam aumentar a transparência das informações contábeis e financeiras, além de aprimorar o processo de prestação de contas junto aos usuários dessas informações. O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 –

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e, especialmente, pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Principais critérios e políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito da Fiocruz, tendo como base na análise as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real. Os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para moeda nacional empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalente de caixa– Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única deriva do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, é mantida no Banco Central e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos de curto prazo - Compreendem os direitos a receber de curtos prazos relacionados a Clientes (Duplicatas/Faturas a Receber) e Demais Créditos de curto prazo relacionados Folha de pagamento e Outros Créditos a Receber/Valores de curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável, sendo ajustadas as perdas em créditos de curto prazo.

Adiantamentos – Compreendem os valores relacionados a folha de pagamento, Termos de Execução Descentralizada e demais créditos relacionados à adiantamentos concedidos.

Estoques– Compreendem os almoxarifados e estoques de produtos para consumo, venda e revenda, subdivididos em produtos em elaboração e acabados, almoxarifados (matéria primas e materiais de consumo) e adiantamento a fornecedores (importações). Os estoques são avaliados pelo valor de compra ou produção. O método para avaliação e mensuração das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para Ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo Realizável em longo prazo- Compreendem os direitos a receber de longo prazo principalmente os Créditos não Tributários inscritos em Dívida Ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas pelo Tribunal de Contas da União. Para os créditos não tributários foram registrados os ajustes para perdas conforme orientações contidas na Macrofunção Siafi 020342 – Ajustes para perdas estimadas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis (próprios e cedidos). É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável ou a reavaliação, conforme Macrofunção Siafi 020335 – Reavaliação e redução ao valor recuperável. Os gastos posteriores à aquisição ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas no período. Os imóveis de uso especial são registrados pelo sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) integrado ao SIAFI. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.



Depreciação de bens móveis– Para vida útil e o valor residual são considerados os critérios definidos pelo Tesouro Nacional, na Macrofunção Siafi 020330 - Depreciação, amortização e exaustão na adm. Dir. União. Aut. e Fundações. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet– O controle é realizado pelo sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet) que compreende os imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. As informações e apuração da depreciação dos bens imóveis são realizadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da união, autarquias e fundações públicas federais são:

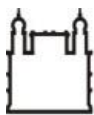
- I. Atualizados sistematicamente, a cada ano, na base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados aqueles nos quais:
 - i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável de aquisição, utilizando-se para tanto o método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) \div n^2, \text{ onde:}$$

Kd= coeficiente de depreciação

N= vida útil da aquisição



X= vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangíveis – Compreendem bens de natureza incorpórea e compreendem Softwares, Concessão de direito de uso de comunicação, Marcas, direitos e Patentes Industriais. Devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Passivo Circulante e Não Circulante - As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Compreendem, principalmente, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de curto prazo, Fornecedores e Contas a pagar, Provisões relativas à débitos previdenciários ajuizados. Destacam-se o grupo *Demais Obrigações de curto prazo* que estão relacionadas às Transferências Voluntárias (Termos de Execuções Descentralizadas).

Ativos e Passivos Contingentes - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.

Resultado Patrimonial - Oriundo dos registros no sistema patrimonial, a apuração do Resultado Patrimonial ocorre quando há alterações no patrimônio da instituição, resultantes ou não da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício. Resultam do confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Variações Patrimoniais Ativas: São variações aumentativas reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

Variações Patrimoniais Diminutivas: São variações diminutivas reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o órgão, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Resultado Orçamentário- Conforme previsto no artigo 35 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O registro contábil da receita e despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais. O superávit ou déficit orçamentário é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro- O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Demonstram os movimentos ocorridos nas receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários.

Declaração do Contador

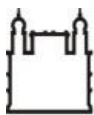
Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2022 e reflete a conformidade contábil da Fiocruz pautada na Macrofunção Siafi 020315 – Conformidade Contábil. As Demonstrações Contábeis são elaboradas em nível de órgão em

consonância com os dispositivos legais a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal onde são registrados os atos e fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial da instituição e tiveram como escopo as informações unificadas das unidades gestoras do órgão. O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a gestão do patrimônio público e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante exercício financeiro.

As Demonstrações Contábeis Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, encerradas em 31 de dezembro de 2022 estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos limites de adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos artigos 6º e 7º da Portaria STN nº 634/2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. A Fundação Oswaldo Cruz, durante o exercício financeiro de 2022, realizou ações administrativas para atendimento da Portaria nº 548/2015, no entanto, a instituição ainda carece de tratamento, adequação e implantação de PIPCP dos seguintes procedimentos contábeis:

- Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos não tributários em atendimento ao princípio da competência do fato contábil;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Obrigações e Provisões em atendimento ao princípio da competência do fato contábil;
- Reconhecimento, mensuração, evidenciação e individualização de Marcas e Patentes, Licenças e congêneres classificados como intangíveis e os registro de fenômenos econômicos como a amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável;
- Registro da amortização de Softwares;
- Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável dos bens móveis;



- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;
- Implantação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) conforme previsto na Resolução CFC nº 1.366/2011, que aprova a NBC T 16.11;

Em atendimento à Portaria ME nº 232 de 02 de junho de 2020, alterada pela Portaria ME nº 4.378 de 11 de maio de 2022, em abril de 2022, as unidades gestoras iniciaram o processo de implantação do sistema SIADS, cujo plano de ação previa cinco fases de trabalho, sendo uma prerrogativa indispensável a paralisação das movimentações patrimoniais no SIAFI e no sistema utilizado pela instituição SGA – Patrimônio. A retomada das atividades deveria ocorrer ao término do processo de implantação que foi estabelecido inicialmente em 30 dias. No entanto, além de problemas operacionais em algumas unidades gestoras, desde o início das atividades para a implantação do sistema, diversos contratempos sistêmicos no processo de migração de dados para o SIADS ocorreram, que impediram o atendimento do prazo inicialmente estipulado pela instituição. Até o encerramento do exercício financeiro a instituição ainda permanecia sem operacionalização do novo sistema.

Com isso, o órgão não realizou na totalidade dos seus itens o inventário físico de bens móveis em 2022 por unidade gestora, conforme determina o subitem 8.3 da Instrução Normativa 205/88. Das 15 unidades gestoras, somente o Instituto AGGEU Magalhães (254421) e o Instituto Gonçalo Moniz (254422) realizaram o inventário anual de bens móveis.

Segundo o MCASP, as transações ou eventos que geram alterações patrimoniais devem ser registrados contabilmente e reconhecidas nas demonstrações contábeis nos períodos a que se referem, sendo atendido, assim, o princípio contábil da competência. O não atendimento do procedimento de realização do inventário anual para os itens de patrimônio impacta de forma relevante as Demonstrações Contábeis, pois a ausência do levantamento de bens através do controle físico e individualizado dos itens não permite assegurar a quantidade, qualidade e credibilidade dos valores registrados no Balanço Patrimonial. O inventário físico periódico é um dos requisitos fundamentais para assegurar a veracidade das informações referentes ao ativo (estoque e imobilizado), pois é assegurada nessa atividade a existência física dos bens e materiais, se os mesmos estão

operacionalmente ativos, suas condições de uso ou consumo, além da coleta de uma série de dados físicos e informações gerenciais importantes para o controle interno e a tomada de decisões mais assertivas como suporte para as políticas de investimento no ativo da instituição.

Atento ao cenário brasileiro e à evolução da Contabilidade Pública, a Fundação Oswaldo Cruz tem atuado de forma ativa em projetos e processos que são conduzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para atendimentos às Normas Brasileiras de Contabilidade Pública, o que tem permitido, de forma gradual, a adequada condução dos assuntos relacionados à Contabilidade Pública no âmbito interno da instituição. Nesse sentido, encontra-se na busca pelo contínuo aprimoramento dos registros contábeis diante da obrigação de registrar e evidenciar o Patrimônio da instituição. As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas da Fundação Oswaldo Cruz estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://portal.fiocruz.br/aceso-informacao>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

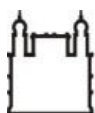
As Demonstrações Contábeis da Fundação Oswaldo Cruz foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 14.303/2022 (LOA), Decreto nº 10.961/2022 (Programação orçamentária e financeira). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI ambos de responsabilidade do Tesouro Nacional. As Demonstrações Contábeis são apuradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da FIOCRUZ, constantes da tabela 1.

NOTAS EXPLICATIVAS

As principais afirmações contábeis são acompanhadas ao longo do exercício financeiro e são pautadas em premissas para elaboração das Notas Explicativas. Essas premissas são, em aspectos relevantes, a materialidade dos itens e contas contábeis, as premissas previstas na avaliação da revisão analíticas das demonstrações contábeis a Ferramenta Análise Horizontal e Vertical aplicadas no BGU e disponibilizadas pelo Tesouro Nacional.

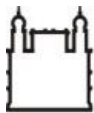
Tabela 1 – Unidades Gestoras

Órgão: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz	
UG	Descrição
254420	Coordenação Geral de Administração
254421	Instituto Aggeu Magalhães
254422	Instituto Gonçalo Moniz
254423	Instituto Rene Rachou
254445	Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
254446	Instituto de Tecnologia em Fármacos
254447	Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
254448	Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde
254450	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
254462	Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi
254463	Instituto Oswaldo Cruz
254474	Instituto Leonidas e Maria Deane
254488	Casa de Oswaldo Cruz
254492	Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
254501	Instituto de Ciência Tecnologia em Biomodelos

**Balanco Patrimonial(BP)**

em Reais

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	2.269.310.026,63	2.116.047.276,67
Caixa e Equivalente de Caixa	354.100.771,50	302.170.638,09
Créditos a Curto Prazo	16.414.356,01	24.027.928,39
<i>Clientes</i>	2.497.062,81	2.219.926,00
<i>Demais Créditos e Valores</i>	13.932.975,21	21.816.786,83
<i>(-) Ajustes para Perdas em Créditos a CP</i>	- 15.682,01	- 8.784,44
Estoques	1.898.794.899,12	1.789.848.710,19
Ativo não Circulante	4.558.511.530,12	4.028.470.088,12
Realizável a Longo Prazo	3.789.423,61	3.872.046,78
Créditos a Longo Prazo	3.789.423,61	3.872.046,78
<i>Dívida Ativa Não Tributária</i>	4.092.289,58	4.000.730,44
<i>Demais Créditos e Valores</i>	231.915,30	354.858,24
<i>(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP</i>	- 534.781,27	- 483.541,90
Imobilizado	4.379.375.797,75	3.942.216.015,20
Bens Móveis	1.882.101.425,20	1.728.187.117,12
<i>Bens Móveis</i>	1.882.101.425,20	2.227.999.382,85
<i>(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis</i>	- 571.338.624,74	- 499.812.265,73
Bens Imóveis	2.497.274.372,55	2.214.028.898,08
<i>Bens Imóveis</i>	2.497.799.420,56	2.219.529.968,63
<i>(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis</i>	- 525.048,01	- 5.501.070,55
Intangível	175.346.308,76	82.382.026,14
Softwares	41.653.954,69	38.676.564,44
<i>Softwares</i>	51.861.938,30	47.218.826,61
<i>(-) Amortização Acumulada de Softwares</i>	- 10.207.983,61	- 8.542.262,17
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	133.692.354,07	43.705.461,70
<i>Marcas, Direitos e Patentes Industriais</i>	133.692.354,07	43.705.461,70
Total do Ativo	6.827.821.556,75	6.144.517.364,79



Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	10.860.853.121,96	12.141.608.812,00
Obrigações Trab. e Prev. e Assist. a Pagar CP	118.015.269,12	119.555.869,82
Fornecedores e Contas a Pagar CP	247.908.181,30	812.920.926,59
Transferências fiscais a curto prazo	0,00	6.727.007,46
Provisões a Curto Prazo	57.545.836,47	76.539.988,90
Demais Obrigações CP	10.437.383.835,07	11.125.865.019,23
Passivo não Circulante	30.091.506,38	0,00
Provisões a Longo Prazo	3.435.806,16	0,00
Demais Obrigações Longo Prazo	26.655.700,22	0,00
Total do Passivo	10.890.944.628,34	12.141.608.812,00
Patrimônio Líquido	- 4.063.123.071,59	- 5.997.091.447,21
Resultados Acumulados	- 4.063.123.071,59	- 5.997.091.447,21
<i>Resultado do Exercício</i>	1.917.202.539,74	- 1.539.286.716,57
<i>Resultado do Exercício Anteriores</i>	- 5.997.091.447,21	- 4.443.747.055,48
<i>Ajuste de Exercícios Anteriores</i>	16.765.835,88	- 14.057.675,16
Total do Passivo + PL	6.827.821.556,75	6.144.517.364,79

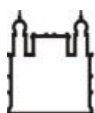
Fonte Siafi – 2022

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

em Reais

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	dez/22	dez/21	ESPECIFICAÇÃO	dez/22	dez/21
Ativo Financeiro	354.100.771,50	302.174.324,33	Passivo Financeiro	3.076.419.423,79	4.973.958.414,25
Ativo Permanente	6.473.720.785,25	5.842.343.040,46	Passivo Permanente	10.551.331.124,09	11.262.901.130,49
Saldo Patrimonial	-6.799.928.991,13	-10.092.342.179,95			

Fonte Siafi - 2022



Quadro das Contas de Compensação

em Reais

ESPECIFICAÇÃO	dez/22	dez/21
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.465.344.207,76	3.528.761.011,62
Atos Pontenciais Ativos	2.465.344.207,76	3.528.761.011,62
<i>Garantias e Contragarantias Recebidas</i>	153.413.454,53	83.088.005,53
<i>Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres</i>	2.311.908.302,95	3.445.593.926,88
<i>Direitos Contratuais</i>	22.450,28	79.079,21
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.971.329.953,74	5.749.151.404,45
Atos Potenciais Passivos	6.971.329.953,74	5.749.151.404,45
<i>Garantias e Contragarantias Concedidas</i>	0,00	0,00
<i>Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres</i>	30.678.981,64	42.013.287,93
<i>Obrigações Contratuais</i>	6.940.650.972,10	5.707.138.116,52

Fonte Siafi – 2022

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

em Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-295.708.239,02
Recursos Vinculados	-2.426.610.413,27
<i>Educação</i>	-741.223,82
<i>Seguridade Social (Exceto Previdência)</i>	-1.462.892.384,16
<i>Previdência Social (RPPS)</i>	0,00
<i>Dívida Pública</i>	-1.125.407.823,58
<i>Alienação de Bens e Direitos</i>	1.072.995,11
<i>Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas</i>	161.358.023,18
TOTAL	-2.722.318.652,29

Fonte Siafi – 2022

Nota Explicativa 01 –Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

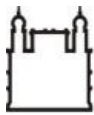
O grupo *Caixa e Equivalente de Caixa* apresenta saldo evolutivo (aumento 17%) em relação às disponibilidades financeiras do exercício anterior.

O grupo *Créditos de Curto Prazo* registra direitos relacionado a exploração de venda de produtos e serviços relacionados às atividades institucionais e a apropriação de direitos na instituição de recursos descentralizados através de Termos de Execução Descentralizada - TED.

O grupo *Estoques* apresenta saldo evolutivo (6%) em relação ao exercício anterior e representa os valores de produtos em elaboração e acabados. A conta *Almoxarifado (itens de material de consumo)* está super avaliada na unidade gestora 254447 - IFF pela ausência de controle físico e financeiro de materiais, pois as saídas de materiais não são registradas tempestivamente no Siafi apresentando no sistema somente os registros das entradas provenientes das aquisições. Não há controle sistematizado para a geração dos relatórios mensais conforme normativo em vigor. A ausência do controle interno desses itens para o devido registro contábil das baixas dos itens consumidos mantém o Ativo super avaliado.

O grupo *Realizável a Longo Prazo* registro créditos da Dívida Ativa não Tributária derivados da exploração de vendas e serviços.

O grupo *Imobilizado* apresenta os valores relativos aos bens móveis e imóveis deduzidos das respectivas depreciações acumuladas. A instituição não realizou, em sua totalidade de bens, o inventário físico dos bens móveis, pois em atendimento à Portaria ME nº 232 de 02 de junho de 2020, alterada pela Portaria ME nº 4.378 de 11 de maio de 2022, iniciou em abril a implantação do sistema patrimonial SIADS, no entanto, até o encerramento do exercício financeiro a instituição ainda permanecia em processo de finalização do novo sistema. A não realização do inventário anual para os itens de patrimônio impacta de forma relevante as Demonstrações Contábeis, pois a ausência do levantamento de bens através do controle físico e individualizado dos itens não permite assegurar a



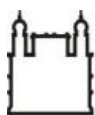
quantidade, qualidade e credibilidade dos valores registrados no Balanço Patrimonial. Os saldos de bens móveis apresenta decréscimo em relação ao exercício anterior (-16%).

O grupo *Intangível* apresenta os saldos referentes a Softwares, Marcas, Direitos e Patentes Industriais, Concessão de Direitos de Uso de Comunicação e Direitos Autorais. Somente *Softwares* apresentam valores individualizados e não estão sendo amortizados. Os demais itens do grupo ainda carecem de individualização, mensuração e amortização.

O grupo *Fornecedores e Contas a Pagar de curto prazo* apresenta decréscimo no saldo em relação ao exercício anterior (-70%).

O grupo *Demais Obrigações de curto prazo* apresenta saldo expressivo e representa as transferências financeiras recebidas relativas aos Termos de Execução Descentralizada ainda pendentes de finalização/conclusão. Tais registros não representam, necessariamente, obrigações financeiras da instituição. Trata-se da metodologia de registro contábil padronizada pelo Tesouro Nacional para controle contábil dos Termos de Execução Descentralizada.

O grupo *Passivo Circulante* representa os registros dos precatório de Pessoal e precatório de terceiros nos termos da Nota Técnica SPO/CJF NR 001/2022 -T2-ADM-2022/00010, cadastrados no período 03/abr a 31/dez, previsão de pagamento em 2024, atualizados monetariamente até o encerramento do exercício financeiro nos termos da lei.

**Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)**

em Reais

Demonstrações das Variações Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.518.975,18	2.047.172,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	15.027.422,00	2.528.480,00
Transferências e Delegações Recebidas	18.916.402.629,00	20.779.537.813,51
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos	2.823.668.612,71	840.872.884,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	127.606.387,79	28.903.415,70
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	21.885.224.026,68	21.653.889.766,25
Variações Patrimoniais Diminutiva		
Pessoal e Encargos	1.206.135.139,26	1.226.784.135,32
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	347.051.584,90	337.872.774,56
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.445.290.359,25	6.082.715.978,43
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	310.970,57	6.039.209,70
Transferências e Delegações Concedidas	8.035.293.393,64	8.300.007.215,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.018.158.682,76	2.987.411.388,13
Tributárias	674.631,12	955.286,29
Custos - Mercadoria, Produtos, Venda e Serv. Prestados	3.895.528.757,01	4.238.909.662,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	19.577.968,43	12.480.833,32
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	19.968.021.486,94	23.193.176.482,82
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	1.917.202.539,74	- 1.539.286.716,57

Fonte SIAFI - 2022

Nota Explicativa 02 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Resultado Patrimonial positivo no exercício financeiro em relação ao exercício anterior que apresentou saldo negativo. Os principais impactos foram:

O grupo *Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras* apresenta saldo evolutivo decorrentes das remunerações das aplicações financeiras na Conta Única do Tesouro.

O grupo *Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos* apresenta acréscimo decorrentes da reavaliação de imóveis, incorporação de ativos e desincorporação de passivos por término de obrigação decorrentes de Termos de Execução Descentralizada.

O grupo *Outras Variações Patrimoniais Aumentativas* apresenta saldo evolutivo em relação ao exercício anterior, sendo o impacto principal decorrente de restituições efetuadas pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social.

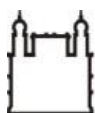
A ausência de registro de atualização monetária ou cambial de débitos no exercício financeiro impactou na diminuição do grupo *Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras*.

Diminuição do saldo no grupo *Tributárias* em relação ao exercício anterior nos pagamento de impostos, taxas e contribuições.

Diminuição do saldo no grupo *Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos* em relação ao exercício anterior na Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.

Diminuição do saldo do grupo *Custos Mercadoria, produtos, venda e serv. prestados* em relação ao exercício anterior no Custo dos Produtos Vendidos (CPV) na produção de fármacos e imunobiológicos.

O grupo *Outras Variações Patrimoniais Diminutivas* apresenta saldo evolutivo decorrentes do aumento dos incentivos concedidos de bolsas de estudos no país e com pagamentos de indenizações e restituições.

**Balanço Orçamentário (BO)**

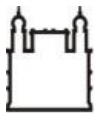
em Reais

Receitas Orçamentárias				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES	5.790.279,00	5.790.279,00	142.831.865,66	137.041.586,66
<i>Receita Patrimonial</i>	1.883.323,00	1.883.323,00	15.697.643,89	13.814.320,89
<i>Receita Industrial</i>	273.300,00	273.300,00	449.549,28	176.249,28
<i>Receita de Serviços</i>	1.135.694,00	1.135.694,00	839.853,99	- 295.840,01
<i>Transferências correntes</i>	600.000,00	600.000,00	235.444,85	- 364.555,15
<i>Outras Receitas Correntes</i>	1.897.962,00	1.897.962,00	125.609.373,65	123.711.411,65
RECEITAS CAPITAL	218.268,00	218.268,00	211.100,00	- 7.168,00
<i>Operação de Crédito</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Alienação de Bens</i>	218.268,00	218.268,00	211.100,00	- 7.168,00
Total das Receitas Orçamentárias (I)	6.008.547,00	6.008.547,00	143.042.965,66	137.034.418,66
Créditos Adicionais Abertos			2.177.324.437,00	
Total			2.320.367.402,66	
Déficit Orçamentário (III)			- 8.919.197.644,15	

em Reais

Despesas Orçamentárias						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
DESPEAS CORRENTES	5.014.988.001,00	6.654.503.663,00	8.046.387.315,43	6.313.591.077,63	6.040.972.014,93	- 1.391.883.652,43
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.497.067.078,00	1.503.364.509,00	1.484.653.568,70	1.484.653.568,70	1.392.565.624,74	18.710.940,30
<i>Outras Despesas Correntes</i>	3.517.920.923,00	5.151.139.154,00	6.561.733.746,73	4.828.937.508,93	4.648.406.390,19	- 1.410.594.592,73
DESPESA DE CAPITAL	477.891.223,00	1.015.699.998,00	1.015.853.294,38	370.722.460,28	364.933.554,08	- 153.296,38
<i>Investimento</i>	477.891.223,00	1.015.699.998,00	1.015.853.294,38	370.722.460,28	364.933.554,08	- 153.296,38
Total das Despesas Orçamentárias (II)	5.492.879.224,00	7.670.203.661,00	9.062.240.609,81	6.684.313.537,91	6.405.905.569,01	- 1.392.036.948,81
Resultado Orçamentário (III) = (I - II)			- 8.919.197.644,15			

Fonte SIAFI - 2022



Demonstrativo da execução de Restos a Pagar

em Reais

Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar						
	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
Restos a Pagar Não Processados	297.208.093,70	3.850.737.616,69	3.568.432.001,39	3.534.753.709,15	201.592.387,75	411.599.613,49
Restos a Pagar Processados	10.492.884,85	815.444.914,15	-	805.665.557,90	11.887.916,74	8.384.324,36
TOTAL	307.700.978,55	4.666.182.530,84	3.568.432.001,39	4.340.419.267,05	213.480.304,49	419.983.937,85

Fonte SIAFI - 2022

Resultado Orçamentário Ajustado (ROA)

em Reais

APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	143.042.965,66	30.747.169,31
<i>Receitas Correntes</i>	142.831.865,66	30.452.401,76
<i>Receitas Patrimoniais</i>	15.697.643,89	3.544.188,65
<i>Receitas Industriais</i>	449.549,28	209.433,09
<i>Receitas de Serviços</i>	839.853,99	683.230,91
<i>Transferências Correntes</i>	235.444,85	722.318,56
<i>Outras Receitas Correntes</i>	125.609.373,65	25.293.230,55
<i>Receita de Capital</i>	211.100,00	294.767,55
<i>Alienação de Bens</i>	211.100,00	294.767,55
<i>Transferências de Capital</i>	0	0
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (II)	9.062.240.609,81	14.011.113.008,65
<i>Despesas Correntes</i>	8.046.387.315,43	13.516.750.940,88
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.484.653.568,70	1.486.142.526,07
<i>Outras Despesas Correntes</i>	6.561.733.746,73	12.030.608.414,81
<i>Despesas de Capital</i>	1.015.853.294,38	494.362.067,77
<i>Investimentos</i>	1.015.853.294,38	494.362.067,77
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO III = (I) - (II)	-8.919.197.644,15	-13.980.365.839,34
<i>Transferências Financeiras Recebidas</i>	18.544.505.162,48	19.539.017.467,66
<i>Transferências Financeiras Concedidas</i>	7.890.277.049,22	8.061.471.695,64
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO	1.735.030.469,11	- 2.502.820.067,32

Nota Explicativa 03 – Resultado Orçamentário

No exercício financeiro a instituição apresentou resultado orçamentário deficitário na ordem de R\$ 8,919 bilhões, pelo confronto entre as Receitas e Despesas Orçamentárias, sendo esse resultado ajustado pelo créditos adicionais abertos e o resultado do confronto das transferências financeiras recebidas e concedidas no período totalizando o superavit em R\$ 1,735 bilhões. Cabe esclarecer que o

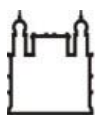
resultado deficitário ocorre quando as receitas auferidas são insuficientes para pagamento das despesas em cada exercício financeiro. As transferências financeiras recebidas são necessárias para atingir o equilíbrio financeiro da instituição. Tais repasses são efetuados por interferências financeiras e que não acarretam no registro de receitas orçamentárias relativas a esses repasses. Os recursos transferidos pelo Tesouro para cobertura dessa insuficiência orçamentária são contabilizados como transferências financeiras não sendo objeto de evidenciação no Balanço Orçamentário.

Durante o exercício, foram abertos créditos adicionais no montante de R\$ 2,177 bilhões decorrentes de fontes do superávit financeiro, excesso de arrecadação e por créditos cancelados pelo Tesouro Nacional. Os destaques não evidenciados no demonstrativo provocam distorções na análise, uma vez que, compromete a avaliação dos indicadores, em especial, aqueles relacionados à chamada *Economia Orçamentária*.

Nota Explicativa 04 – Restos a Pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega parcial de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN, no encerramento do exercício financeiro, juntamente com as despesas liquidadas e não pagas, acrescida dos RPNP e RPP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado.

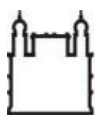


Balanço Financeiro (BF)

INGRESSOS		
	2022	2021
Receitas Orçamentárias	143.042.965,66	30.747.169,31
Transferências Financeiras Recebidas	18.544.505.162,48	19.539.017.467,66
Recebimentos Extraorçamentários	2.657.773.374,45	4.646.135.845,11
<i>Inscrição em Restos a Pagar Processados</i>	278.407.968,90	792.337.837,95
<i>Inscrição em Restos a Pagar Não Processados</i>	2.377.927.071,90	3.850.737.616,69
<i>Depósitos Restituíveis e Valores vinculados</i>	456.624,70	352.441,56
<i>Outros Recebimentos extraorçamentários</i>	981.708,95	2.707.948,91
Sado Exercício Anterior	302.170.638,09	120.063.033,58
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	302.170.638,09	120.063.033,58
Total dos Ingressos	21.647.492.140,68	24.335.963.515,66

DISPÊNDIOS		
	2022	2021
Despesas Orçamentária	9.062.240.609,81	14.011.113.008,65
Transferências Financeiras Concedidas	7.890.277.049,22	8.061.471.695,64
Pagamentos Extraorçamentários	4.340.873.710,15	1.961.208.173,28
<i>Pagamentos de Restos a Pagar Processados</i>	805.665.557,90	384.603.637,61
<i>Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados</i>	3.534.753.709,15	1.568.919.138,59
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>	454.443,10	556.746,28
<i>Outros Pagamentos</i>		7.128.650,80
Sado Exercício Seguinte	354.100.771,50	302.170.638,09
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	354.100.771,50	302.170.638,09
Total dos Dispêndios	21.647.492.140,68	24.335.963.515,66

Fonte SIAFI - 2022

**Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**

em Reais

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
INGRESSOS	18.688.775.361,79	19.572.530.259,89
Receitas Derivadas e Originárias	16.987.047,16	4.436.852,65
Receita Patrimonial	1.059.138,05	1.104.612,50
Receita Industrial	449.549,28	209.433,09
Receita de Serviços	839.853,99	683.230,91
Remuneração das Disponibilidades	14.638.505,84	2.439.576,15
Outras Receitas Derivadas e Originárias	125.609.373,65	25.293.230,55
Transferências Recebidas	235.444,85	722.318,56
Outros Ingressos Operacionais	18.545.943.496,13	19.542.077.858,13
DESEMBOLSOS	(18.010.748.479,50)	(18.898.970.577,85)
Pessoal e demais Despesas	(9.893.757.748,53)	(10.605.797.719,58)
Transferências Concedidas	(226.259.238,65)	(224.016.065,55)
Outros Desembolsos Operacionais	(7.890.731.492,32)	(8.069.156.792,72)
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	678.026.882,29	673.559.682,04
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		
INGRESSOS	211.100,00	294.767,55
Receita de Capital	211.100,00	294.767,55
Alienação de Bens	211.100,00	294.767,55
DESEMBOLSOS	(626.307.848,88)	(491.746.845,08)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(520.718.537,27)	(475.373.286,53)
Outros Desembolsos de Investimentos	(105.589.311,61)	(16.373.558,55)
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Investimentos	(626.096.748,88)	(491.452.077,53)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	51.930.133,41	182.107.604,51
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	302.170.638,09	120.063.033,58
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	354.100.771,50	302.170.638,09

Fonte SIAFI - 2022

Nota Explicativa 05 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte de acordo com o art. 103, da Lei nº 4.320/64. Na Fiocruz, nos ingressos houve aumento o significativo nas receitas orçamentárias em comparação ao exercício anterior e redução nas inscrições em Restos a Pagar não Processados e Restos a Pagar Processados. Com relação aos dispêndios houve a redução significativa das despesas orçamentárias e o aumento dos pagamentos de Restos a Pagar não Processados e Restos a Pagar Processados.

Nota Explicativa 06 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo elas: operacional, de investimento e de financiamento. As Atividades Operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias.

A Fiocruz apresentou resultado financeiro positivo na geração líquida de caixa das Atividades Operacionais mantendo o padrão em comparação ao exercício anterior. Nos ingressos operacionais destacam-se o aumento significativo das *Remunerações das disponibilidades* e de *Outras Receitas Derivadas e Originárias*.

As Atividades de Investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção do Ativo Circulante. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o

planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

A Fiocruz apresentou resultado financeiro negativo na geração líquida de caixa das Atividades de Investimento mantendo o padrão em comparação ao exercício anterior, com aumento significativo nos desembolsos com a *Aquisição de Ativos não Circulantes* e *Outros Desembolsos de Investimentos*.

As Atividades de Financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, mas que não foram utilizadas pela Fiocruz.

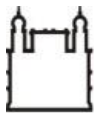
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

em Reais

	Resultado Acumulado		Total
Saldo Inicial do Exercício de 2021	-	4.443.747.055,48	- 4.443.747.055,48
Ajustes de Exercícios Anterior	-	13.993.688,71	- 13.993.688,71
Const/Realiz. da Reserva Reaval. de Ativo		-	-
Resultado do Exercício	-	1.539.286.716,57	- 1.539.286.716,57
Constituição/Reversão de Reservas	-	63.986,45	- 63.986,45
Saldo Final do Exercício de 2021	-	5.997.091.447,21	- 5.997.091.447,21

	Resultado Acumulado		Total
Saldo Inicial do Exercício de 2022	-	5.997.091.447,21	- 5.997.091.447,21
Ajustes de Exercícios Anterior		12.979.030,88	12.979.030,88
Const/Realiz. da Reserva Reaval. de Ativo		3.806.871,00	3.806.871,00
Resultado do Exercício		1.917.202.539,74	1.917.202.539,74
Constituição/Reversão de Reservas	-	20.066,00	- 20.066,00
Saldo Final do Exercício de 2022	-	4.063.123.071,59	- 4.063.123.071,59

Fonte SIAFI - 2022



Nota Explicativa 07 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O Demonstrativo apresenta a composição do resultado do exercício financeiro do período em comparação aos ajustes realizados referentes aos exercícios anteriores. Comparando os exercícios, verificamos que no exercício a instituição apresentou resultado patrimonial negativo.